



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681113 - RS (2021/0224867-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DANIEL HENRIQUE DE AGUIAR MONTOVANI  
**ADVOGADO** : DANIEL HENRIQUE DE AGUIAR MONTOVANI - RS063712  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : ANGELO LUIZ RIBEIRO DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : KLEBER ANTONIO ALVES LIMA  
**CORRÉU** : JULIANA VIEIRA RODRIGUES  
**CORRÉU** : JUNIOR CESAR DE BORBA  
**CORRÉU** : ALEXANDRE LONGHI DA ROSA  
**CORRÉU** : CLODOALDO PEREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANGELO LUIZ RIBEIRO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0026992-56.2021.8.21.7000).

O paciente foi "preso preventivamente e denunciado em virtude da prática, em tese, dos crimes previstos no art. 1º, parágrafo 1º, e do art. 2º, parágrafo 2º, da Lei n. 12.850/2019, na forma do art. 69, caput, do Código Penal" (fl. 79).

O impetrante aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal, seja pelo excesso de prazo na formação da culpa, seja pela viabilidade de imposição de medida cautelar diversa, seja pela inadequação da medida com os fatos apurados e eventual pena a ser aplicada.

Agrega alegações de que carece de fundamentação a preventiva, o indeferimento das medidas alternativas e o pedido de adequação.

Requer, liminarmente no mérito, a concessão da ordem para que responda em liberdade o processo, com eventual fixação de medida diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que "o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes" (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna a liminar, em plantão, em princípio, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Outrossim, o histórico do segregado – "denunciado em outra ação penal pela prática, em tese, de homicídio qualificado, de porte ilegal de arma de fogo e de crimes contra o patrimônio" (fl. 83) – é fundamento idôneo à decretação da preventiva, o que afasta a plausibilidade da liminar no plantão.

Nesse sentido, veja-se:

3. O histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. (HC n. 304.240/BA, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 14/5/2015.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente